



ACTA Nº 16/2006

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2006
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 4 DE DEZEMBRO DE 2006

-----No dia 4 de Dezembro de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Junho, convocada ao abrigo do nº 1 do Art. 49º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 do Art. 23º, do nº 3 do Art. 26º e do nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;***
- **PONTO 2 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para a contratação de empréstimo destinado ao financiamento das obras de construção da EB1/JI de Santa Maria e Renovação Urbana – Zona de Planos de Pormenor de Bensafrim – até ao montante de 950 276,00 € - Rateio e Ajustamento de 2006;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2007;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da Proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e Outras Receitas Municipais;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação da Proposta de Adesão do Município ao FICAM – Fórum Ibérico de Cidades Amuralhadas;***
- **PONTO 6 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para Desafecção do Domínio Público de parcelas de terreno sítas na Praia da Luz, Freguesia da Luz – alteração ao Alvará de loteamento nº 7/87 – Estrela da Luz, Promoções Imobiliárias, SA;***
- **PONTO 7 - *Apreciação das deliberações da Assembleia da Juventude.***



Fl. 126v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 49 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafirim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia



-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque	20 dias	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PSD	Eurico José dos Reis Correia	1 dia	João Francisco Redondo Félix

-----TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado, para estar presente na Sessão Ordinária de Dezembro de 2006, para tomar posse como Membro efectivo do Conselho Municipal de Segurança o cidadão: **GONÇALO DE SOUSA AMARAL** – Coordenador de Investigação Criminal de Portimão, não tendo o mesmo comparecido.-----

-----ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 9/2006 - da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Junho de 2006.-----

-----A Acta nº 9/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	4	2	-	21
ABSTENÇÕES	1	1	0	-	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 9/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----Acta nº 10/2006 - da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Julho de 2006.-----

-----A Acta nº 10/2006 obteve o seguinte resultado:



Fl. 127v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	4	2	-	20
ABSTENÇÕES	2	1	0	-	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 10/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.57

-----Acta nº 11/2006 - da Sessão Extraordinária de Julho de 2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 31 de Julho de 2006.-----

-----A Acta nº 11/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	4	2	-	23
ABSTENÇÕES	0	1	0	-	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 11/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 344/06 a 471/06, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 317/05 a 429/06, inclusive.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta leitura, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana	21.04

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo do PSD: “No passado dia 13 Novembro, faleceu com 66 anos, Mário Hélder Grade Dias da Silva, arquitecto, empresário, ex-autarca, lacobrigense de coração. Com a morte de Mário Hélder os Lacobrigenses perdem assim um bom Homem, que amava a sua cidade. A Assembleia Municipal de Lagos, hoje reunida delibera: 1- Apresentar as mais sentidas condolências à família enlutada; 2- Sugerir à Câmara Municipal a atribuição do nome do ex-autarca a uma artéria da nossa cidade; 3- Honrar com um minuto de silêncio em respeito pela memória do marido, do pai, do autarca, do Homem que deixou a nossa cidade mais pobre com a sua partida; 4- Publicar esta moção no Correio de Lagos.”-----

-----Em seguida foi cumprido por todos os presentes na sala um minuto de silêncio



em memória do Arq. Mário Hélder Silva.-----
-----Posto isto passou-se à votação do Voto de Pesar apresentado pelo PSD, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “O Poder Local. Expressão e conquista de Abril, é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. Uma conquista que viu consagrados na Constituição da República os seus princípios democráticos essenciais, quer quanto à sua relação com o Poder Central (descentralização administrativa, autonomia financeira e de gestão, reconhecimento de património e finanças próprias, poder regulamentar), quer quanto à sua democraticidade (colegialidade, responsabilidade da gestão perante uma assembleia eleita directamente e por sistema proporcional, larga participação popular e das suas organizações representativas). A afirmação do Poder Local e as profundas transformações sociais operadas pela sua intervenção na melhoria das condições de vida da população, e na superação de enormes carências, são inseparáveis das características profundamente democráticas e da dinâmica popular que o Poder Local e o processo da sua institucionalização conheceram na sequência da Revolução de Abril. O Poder Local, tal como a Constituição o estatui, é uma emanação e uma expressão directa da vontade popular, uma afirmação do carácter progressista e avançado do regime democrático resultante de Abril. E por isso mesmo, a exemplo de outras transformações democráticas, tem sido sujeito a uma ofensiva para lhe limitar o alcance e o amputar das características que lhe deram expressão ímpar no quadro das administrações locais europeias. Tendo como exemplo mais recente a aprovação da nova lei das finanças locais. Assim ao comemorarmos no próximo dia 12 os 30 Anos sobre a realização das Primeiras Eleições para os órgãos do Poder Local. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos delibere aprovar uma Saudação a Todos os Autarcas que ao longo destes 30 Anos com Trabalho Honestidade e Competência tem contribuído para o engrandecimento do nosso Município.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a intenção desta Proposta é, por um lado, não deixar passar despercebida a data de 12 de Dezembro de 2006, em que se comemoram os 30 anos da realização das primeiras eleições autárquicas democráticas e, por outro lado, homenagear todos aqueles que ao longo destes anos contribuíram para que Lagos seja um município como é hoje.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	21.17

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pela CDU tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “No passado dia 30 de Novembro aprovou a



Fl. 128v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Assembleia da República o Orçamento de Estado para 2007. No PIDDAC 2007 para o distrito de Faro mais uma vez Lagos não vê contempladas a Relocalização das Instalações do Hospital. e o Desassoreamento da Barra, obras de grande importância para o Município que desde há longos anos, por unanimidade, os eleitos desta Assembleia reclamam. Assim não podendo ficar indiferentes à não inclusão destas obras no PIDDAC para 2007. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos manifeste o seu protesto junto do Governo e da Assembleia da República pela não inclusão, mais uma vez, no PIDDAC 2007 das Obras de Relocalização das Instalações do Hospital e do Desassoreamento da Barra.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocada à votação a Moção apresentada pela CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pela Grupo da CDU: “Considerando que existe uma procura cada vez maior por parte das pessoas com deficiência pontual ou permanente, a ajudas técnicas; Considerando que muito deste tipo de equipamento (canadianas, andarilhos, camas articuladas, cadeiras de rodas) já não faz falta a uns, mas que pode ser vital para outros, tais como população com baixos recursos económicos; Considerando a necessidade de organizar e concentrar este apoio numa única instituição; Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos recomende à Câmara Municipal que no âmbito da Rede Social seja criado O Banco Solidário de Ajudas Técnicas que tenha como funções a recolha e distribuição de equipamentos de Ajudas Técnicas no nosso Município.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que esta Recomendação à Câmara vai no sentido de sugerir que seja aproveitado este tipo de material que quase toda a gente tem em casa e que pode fazer falta a outras pessoas, tanto mais que há algum equipamento reunido por duas ou três instituições, mas não está devidamente organizado. Assim recomenda que a Câmara faça essa recolha e a concentre numa Instituição, fazendo a respectiva manutenção e reparação, disponibilizado os mesmos à população necessitada destes equipamentos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que já existem três Instituições em Lagos que prestam este tipo de serviço à população, mas concorda com a centralização desta oferta, devendo ser feita a respectiva divulgação.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que esta Recomendação é de todo válida apesar de existirem Instituições que emprestam este tipo de equipamento.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pela CDU tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “Qualquer cidadão europeu se lembrará dos relatos das grandes viagens de descobrimento que revelaram aos nossos antepassados a vastidão, a diversidade de culturas e a riqueza de recursos do nosso planeta. O êxito destas viagens, que na sua maioria eram marítimas, exigia, quase



sempre, espírito de abertura a ideias novas e um planeamento meticuloso, além de coragem e determinação. Graças a elas, não só foram sendo desvendadas ao longo do tempo regiões do mundo anteriormente desconhecidas, como também apareceram novas tecnologias, nomeadamente o cronómetro marítimo, destinado a calcular a longitude exacta, e a turbina a vapor, que permitiu escapar à tirania dos ventos dominantes. A Europa, essencialmente devido à sua geografia, sempre teve, portanto, uma relação privilegiada com os oceanos, cujo papel no desenvolvimento da sua cultura, identidade e história foi, desde tempos imemoriais, fundamental, pode ler-se na introdução do Livro Verde – Para uma Política Marítima da União – Uma Visão Europeia para os Oceanos e Mares que se encontra em fase de discussão pública até 30 de Junho de 2007. O presente Livro Verde tem por objectivo lançar um debate sobre uma futura política marítima para a União Europeia, caracterizada por uma abordagem holística dos oceanos e dos mares. O Livro Verde tornará claro que, num período em que os seus recursos estão ameaçados por pressões fortes e pela nossa crescente capacidade tecnológica de os explorar, só uma atitude de profundo respeito pelos oceanos e pelos mares nos permitirá continuar a desfrutar dos benefícios que nos oferecem. A redução acelerada da biodiversidade marinha devido, nomeadamente, à poluição, ao impacto das alterações climáticas e à sobrepesca é um sinal de alarme que não podemos ignorar. O Livro Verde, que se baseia nas políticas e iniciativas da União Europeia existentes, procura estabelecer o justo equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Com os objectivos atrás expostos, constantes do Livro Verde, Lagos dos Descobrimentos não poderá ficar indiferente à discussão pública de uma matéria que tanto no passado, como no presente e no futuro tem tido uma importância fundamental na vida do nosso município. Assim os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos convide a Câmara Municipal para que em conjunto realizem até 30 de Junho de 2007 uma Conferência Integrada na Discussão Pública do Livro Verde para uma Futura Política Marítima da União – Uma Visão Europeia para os Oceanos e Mares.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este Livro Verde irá definir a política europeia para os mares e oceanos e é importante que Lagos tenha uma opinião sobre este documento, promovendo uma Conferência para o efeito. Disse que a ideia de fazer uma organização conjunta, Assembleia/Câmara tem a ver com a experiência na organização de eventos deste género por parte da Assembleia Municipal, aqui favorecida com o apoio da parte executiva da Câmara Municipal.----

-----O Sr. José Mariano (PS) perguntou se havia uma perspectiva de quanto pode custar uma iniciativa destas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que foi proposta uma verba no orçamento da Assembleia para iniciativas do género, mas normalmente ao convidar Instituições Públicas, estas é que pagam as deslocações dos seus representantes, por isso a despesa não deverá ser muito elevada e o custo desta iniciativa não deve ser factor para a não realização da mesma.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pela CDU tendo a



Fl. 129v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

mesma sido aprovada por unanimidade.-----
-----O Sr. João Bravo (PSD) fez a seguinte intervenção: “Como é do vosso conhecimento realizou-se no passado mês de Outubro, nos dias 25 e 26, na Covilhã o II Congresso da ANMP, subordinado ao tema “ Ordenamento do Território e Revisão dos PDM’s”. Estiveram presentes neste congresso dois elementos desta Assembleia, eu o José Reis. Podemos dizer que foram dois dias de trabalho bastante enriquecedores, pois permitiu-nos ficar com uma percepção dos problemas reais existentes no país, em relação a esta matéria e que foram de algum modo levantados pelos cerca de 400 participantes que representavam a maioria dos municípios. Enriquecedor também porque todos os oradores eram personalidades de créditos firmados, uns provinham de instituições que tem um papel activo no ordenamento, outros, especialistas das várias áreas que integram esta matéria, mas sem qualquer vínculo institucional, o que permitiu ouvir as suas opiniões independentes. Assim tivemos as presenças dos Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Ministro da Agricultura, O Secretario de Estado do Desenvolvimento Regional e das Cidades, O presidente da ANMP, o Prof. Sidónio Pardal, Prof. Fausto Quadros entre outras. De todas as intervenções ficou-nos a ideia unânime que todo o processo e Ordenamento do Território precisa urgentemente de ser revisto e modificado. O Sr. Ministro do Ambiente afirmou que muito tem de ser revisto no regime actual, mas também que muitas das traves mestras são validas e que possuem um elevado potencial de aperfeiçoamento. O Presidente da ANMP disse que o ordenamento do Território continua assente numa amálgama de regras e de excepções, de equívocos e incoerências, que de algum modo impedem os autarcas de alcançar um eficaz, correcto, rigoroso e transparente sistema de planeamento do território. O Secretário de Estado do Ordenamento, também reconheceu que o processo de planeamento territorial em Portugal tem virtudes mas também tem defeitos e que esses defeitos estão a afectar gravemente a eficiência e até a credibilidade do sistema de planeamento, indicando mesmo 5 factos principais, ou 5 pecados mortais como ele os definiu, que contribuem para isso: 1 - Complexidade, lentidão e burocracia; 2 - Centralismo e tecnocracia; 3 - Plano centrismo; 4 - Rigidez; 5 - Fragmentação e desarticulação entre planos. E para agravar, tudo está assente num défice de competências e de cultura territorial. Para combater esta situação, vão ser lançadas uma série de medidas que passam por: - Criação de um observatório Nacional de Urbanismo; - Criação de um sistema de cadastro – SINEGIC; - Simplificação dos procedimentos; - Regulamentar as Comissões de Acompanhamento para aligeirar todo o processo; - Eliminar os pareceres escritos individuais, fazendo conferências entre organismos; - Revisão da REN; - Monitorizar e Avaliar todas as medidas implementadas; - Fiscalizar – CCDR e IGAOT; - Criar mecanismos sancionários para o incumprimento dos prazos previstos. Para o PDM: - Passar a haver uma acção pedagógica da DGOTDU, na orientação da transposição dos PROT para o PDM; - Criação de um Guião para o processo de revisão do PDM; - Incluir o Plano Geral de Florestas no PDM; - E transformar o PDM numa espécie de balcão união para o cidadão, onde esteja contida toda a informação e orientação necessária aos munícipes.”-----



-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que as Comissões Especializadas Permanentes não têm reunido com a frequência desejada inicialmente. Referiu que a documentação económico-financeira da Câmara, no passado chegava tarde e a más horas à Assembleia Municipal, tendo depois passado a chegar a tempo e horas, mas agora verifica algum atraso no envio da mesma.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Fernando Ramos Bernardo	21.42

-----A Sra. Rosa Rosado (PSD) fez a seguinte intervenção: “A minha intervenção tem a ver com o Ambiente. Acima de qualquer divergência política, o que aqui me move situa-se muito acima deste patamar. Sou uma defensora do ambiente em todas as suas vertentes, e por inerência da minha profissão como professora apraz-me dizer, que é uma luta constante e diária que faço para que os meus alunos possam ter uma atitude mais positiva na defesa do património ambiental sentindo por isso que lanço todos os dias uma semente na defesa da protecção da natureza. A experiência em projectos e clubes na escola são muito importantes para a formação cívica dos indivíduos, sobretudo pela consciencialização ambiental que, na maior parte dos casos perdura ao longo da vida destas pessoas. Contudo, é importante que este tipo de acções e exemplos não se limitem à Escola. As instituições públicas e outros organismos devem ser potenciadores de exemplos a seguir, o que nem sempre acontece. 1 - Preocupa-me a questão do mau estado dos reservatórios dos lixos orgânicos; 2 - Preocupa-me a não existência de reservatórios de recolha de óleos queimados; 3 - Preocupa-me os restos de jardins abandonados na via pública; 4 - Preocupa-me a quase inexistência de reservatórios para recolha de pilhas. Não posso deixar de me preocupar também com a freguesia que melhor conheço, onde urge melhorar o circuito de recolha de resíduos sólidos, nomeadamente o eco ponto que tem maior impacto visual para quem a visita, uma vez que se situa numa zona nobre, ladeado pelas crianças que frequentam a Escola Básica do 1º ciclo, por um jardim que acolhe os idosos. Lagos tem que ser um local de excelência do Algarve e do país, mas para que tal aconteça, estas questões têm que ser mais acauteladas. E esta a razão desta minha intervenção nesta Assembleia. Trazer de viva voz situações que podem ser melhoradas! É importante que se tomem medidas para sensibilizar os munícipes, sobretudo através de campanhas, ou outras medidas que façam sentir à população de Lagos a importância de preservar o Ambiente, como garantia de um futuro melhor para todos, assente na qualidade de vida, na oferta de um turismo com qualidade, pois Lagos tem que continuar a ser um ex-libris deste Algarve cada vez mais uniforme. O nosso concelho é procurado pelas suas diferenças entre os demais concelhos do Algarve. Apelo ao Sr. Presidente no sentido de se inteirar destes assuntos para apurar responsabilidades e diligenciar para que não se repitam no futuro.”-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) leu a seguinte tomada de posição da CDU sobre o Serviço Nacional de Saúde: “A política de Saúde do actual Governo tem-se



Fl. 130v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

traduzido em medidas graves e preocupantes para os defensores do Serviço Nacional de Saúde e que atingem a população em geral. As “reformas” introduzidas contrariam os preceitos constitucionais de universalidade e gratuidade e as medidas constantes do Orçamento de Estado mostram que se avizinha uma operação de privatização de serviços de saúde em larga escala: são as parcerias público-privadas para a construção dos novos hospitais e a implantação de Unidades de Saúde Familiar privadas nos cuidados primários. Medidas como as do encerramento de hospitais, maternidades, SAP’s, extensões e internamentos de Centros de Saúde, às quais se soma a recente proposta de reestruturação das urgências hospitalares, sem que tenha sido criada uma alternativa credível, deixam cerca de um milhão de portugueses a mais de 60 minutos de uma urgência polivalente e contribuem cada vez mais para o despovoamento do interior do país, zona mais penalizada com as referidas medidas. Também os medicamentos estão cada vez mais caros. Recentemente tomou-se conhecimento que só a parte dos medicamentos para as doenças crónicas que deixaram de ser comparticipados significaram um acréscimo de mais 8,4 milhões de euros que saíram dos bolsos dos portugueses. E apesar de sucessivos programas, sempre pomposamente anunciados, as listas de espera para cirurgia atingem 230 000 doentes. Será que a destruição do SNS e a sua transformação numa estrutura residual e sem qualidade é uma fatalidade e uma inevitabilidade? O aproveitamento cabal dos recursos físicos e humanos em vez da contratualização sistemática ao exterior, o combate à ideia preconcebida de que os serviços funcionam mal porque são de propriedade e gestão públicas, razão suficiente para serem ineficazes e favorecerem o desperdício, são exemplos de medidas imediatas que contribuiriam para fortalecimento do SNS. Contrariamente continua-se a abrir o espaço para que os grupos privados substituam o Serviço Nacional de Saúde realizando os seus negócios à custa da saúde dos portugueses. Lagos e as Terras do Infante no seu conjunto, porque periféricos, têm visto a acessibilidade aos cuidados de saúde irem diminuindo, tanto nos cuidados primários como nos hospitalares, situação que se agravará com o anunciado encerramento de Extensões de Saúde. Contra esta política os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos reafirmam: A saúde é um direito, não é um negócio!”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que tinha lido uma notícia no Jornal Barlavento sobre o realojamento de pessoas que vivem na Meia-Praia em casa degradadas, num terreno em Odiáxere, no seguimento de um Protocolo assinado entre a Câmara e a Junta de Freguesia, assim perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se a notícia é verdadeira.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) referindo-se à intervenção da CDU sobre o Serviço Nacional de Saúde, disse que se se tivesse mantido calado era sinal que concordava com o que foi dito, mas o que foi dito não corresponde totalmente à verdade, porque na sua opinião a Unidade de Saúde Familiar vem beneficiar os doentes, assim como as parcerias público-privadas, como o exemplo do Hospital Amadora/Sintra. Disse que os cidadãos das Terras do Infante não têm sido prejudicados com as reformas feitas na área da saúde nesta zona do Algarve.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, respondendo ao Sr.



Nuno Serafim disse que não leu a notícia nem tem por hábito responder a notícias da comunicação social. Informou que as situações relacionadas com o território da Meia-Praia estão a ser abordadas no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da Meia-Praia que dentro de breve entrará em discussão pública; para Odiáxere está em curso a elaboração o Plano de Urbanização de Odiáxere. Disse que existe um Protocolo já aprovado pela Câmara, estando em sede da Junta de Freguesia para apreciação, no sentido de ser cedido o terreno do Rossio das Eiras à Câmara Municipal, onde não está previsto nada do que foi referido na notícia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) ainda sobre o Serviço Nacional de Saúde disse que o exemplo do Hospital Amadora/Sintra, é um belíssimo exemplo do que é o resultado de uma parceria público-privado para o Estado português, devendo ser um exemplo a seguir por todos os outros para termos uma ideia mais clara do que são as parcerias. Sobre as Terras do Infante disse que mantinha o já referido, uma vez que diminuíram os cuidados de saúde nos três municípios das Terras do Infante, após as reformas verificadas. Acrescentou que o Bloco Operatório encerrou em Lagos e que o assunto nunca mais foi falado, para além de terem sido retirados outros serviços do Hospital de Lagos, pelo que a população está cada vez mais preocupada com os cuidados de saúde nesta zona do Algarve.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) convidou todos os Deputados Municipais para uma visita a realizar no dia 6 de Janeiro aos viveiros de peixe na Ria de Alvor. Disse que a rotunda de acesso à Via do Infante na Freguesia de Odiáxere é uma autêntica ratoeira e o pavimento da Estrada Nacional 125 de Odiáxere para Portimão está em muito mau estado, sendo que as entidades responsáveis não resolvem o assunto, apesar da insistência; considera estas situações graves uma vez que isto dá uma má imagem para todos e principalmente para os turistas. Realçou que o pontão da Ria de Alvor necessita de ser intervencionado urgentemente, e as autoridades competentes nada fazem e que a EDP não resolve, atempadamente, os problemas existentes na Freguesia de Odiáxere relacionados com a iluminação pública.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) aceitou o convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere. Sobre a iluminação pública disse que lhe têm dito que há zonas da cidade que têm a iluminação pública acesa durante o dia.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 6 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 31 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que existia uma Proposta do Grupo Municipal do PSD no sentido de ser introduzido um Ponto na Ordem do Dia da presente Sessão da Assembleia Municipal e que a Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, solicitou a introdução de mais 2 Pontos na Ordem do Dia - “Apreciação e votação do Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas da Lagos-em-Forma Gestão Desportiva, E.M.” e “Apreciação e votação do Contrato de Prestação de



Fl. 131v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Serviços de Revisão Legal de Contas da Futurlagos - Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E.M.”-----

-----Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Nuno Filipe Serafim, coordenador e deputado Municipal eleito pelo Partido Social-democrata para a Assembleia Municipal de Lagos vem por este meio requerer, nos termos do nº 2 do Artº 26 do Regimento da Assembleia Municipal de Lagos e da alínea a) do nº 1 do artº 87 da Lei 169/99, a inclusão do assunto abaixo referenciado como ponto de ordem do dia na próxima Reunião da Assembleia Municipal de Lagos a realizar no próximo dia 4 de Dezembro de 2006: - CINEPORT - Processo Financeiro! Responsabilidade pela Dívida existente / Constituição de uma Comissão da Assembleia Municipal para Apreciação da Organização e Efeitos do Cineport.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a Proposta do PSD, na sua opinião, não é susceptível de ser votada, uma vez que foi feita ao abrigo dos artigos mencionados e deve ser incluído o Ponto solicitado na Ordem do Dia, conforme dizem os artigos.--

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que o artigo 30º do Regimento da Assembleia Municipal diz o seguinte: “Só podem ser objecto de deliberações os assuntos incluídos na Ordem do Dia da Sessão, salvo se, tratando-se de Sessão Ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seus Deputados Municipais reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o artigo mencionado refere-se a deliberações e o que está em causa é introduzir um Ponto na Ordem do Dia, logo o artigo mencionado não serve de justificação, pelo que voltou a insistir no que disse na sua anterior intervenção.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que não era esse o entendimento da Mesa.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) reforçou a sua posição.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que a Mesa ia sujeitar à votação esta Proposta do Grupo Municipal do PSD.-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta decisão, ausentaram-se da sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado

-----Posto isto foi colocado à votação a Proposta apresentada pelo Grupo



Municipal do PSD, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	-	2	0	3
ABSTENÇÕES	0	-	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	-	0	0	16

-----Assim foi reprovada, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, no sentido de ser incluída na Ordem do Dia, da Sessão Ordinária de Dezembro/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, o seguinte Ponto: “CINEPORT – Processo Financeiro/Responsabilidade pela dívida existente/Constituição de uma Comissão da Assembleia Municipal para apreciação da organização e efeito do Cineport”.

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Eu abstive-me não por uma questão de estar a favor ou contra a criação da Comissão, mas tão só pela confusão que foi aqui gerada entre a bancada do PSD e o Sr. Presidente da Mesa. Fiquei sem saber se é legítima, ou qual das posições é a mais legítima. Tenho o meu entendimento, mas agora já não conta, já votei; assim mediante a confusão sobre a legitimidade da apresentação da Proposta, nesta minha declaração de voto deixo um repto à Mesa no sentido de que seja esclarecida, em termos de funcionamento, esta dúvida.”

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Achamos que qualquer assunto que seja posto à discussão por um Grupo desta Assembleia, da nossa parte, merece toda e sempre a aceitação. Concordamos com as questões que foram levantadas pela bancada do PSD em relação à questão da Lei, mas não concordamos com o abandono, devemos estar aqui presentes e votar, para que esse Ponto fosse introduzido. Percebemos a resistência que tem sido levantada à inclusão deste Ponto, mas achamos que se abriu um precedente de falta de confiança entre as diversas bancadas no sentido de, em qualquer altura, um agendamento que qualquer um queira fazer, ter dificuldade na votação.”

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Mariano (PS): “Votei favoravelmente porque o artigo 26º, em meu entender, permite que qualquer



Fl. 132v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Membro desta Assembleia possa pedir para incluir um Ponto e foi inédito para mim em tantos anos que ando aqui, é a primeira vez que vejo um pedido de agendamento de um novo ponto na ordem dos trabalhos ser rejeitado. Por consequência voto a favor e depois na discussão votaria como quisesse. Mas neste momento acho que era democrático ter aprovado de incluir na ordem dos trabalhos. Por essa razão votei favoravelmente.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) sobre o solicitado pela Câmara Municipal perguntou por que razão só agora aparecem estes assuntos para incluir na Ordem do Dia desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, e qual a urgência do agendamento dos mesmos, quando estes assuntos foram deliberados numa Reunião de Câmara de Outubro.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que mais uma vez são agendados Pontos para a Ordem do Dia sem estar a documentação na Assembleia Municipal e serem os Serviços da mesma a andarem à procura da documentação a incluir na Ordem do Dia. Reafirma que só devem ser agendados Pontos quando a documentação vier junto ao pedido de agendamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que a urgência terá a ver com algum descuido por parte dos Serviços da Câmara, tendo já questionado os Serviços porque é que se verificou esta situação.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) propôs que estes dois assuntos fossem discutidos no início da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que os assuntos têm que ser deliberados este ano e não obrigatoriamente nesta Reunião da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que só tinha recebido a documentação destes Pontos agora e sugeriu que estes dois Pontos fossem colocados no fim da Ordem do Dia. Reiterou que a responsabilidade do envio de documentação para a Assembleia Municipal é do Sr. Presidente da Câmara Municipal e voltou a reforçar a sua ideia de que a documentação dos Pontos devem acompanhar o pedido de agendamento.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de inclusão de dois Pontos na Ordem do Dia, a solicitação da Câmara Municipal, tendo sido aprovada, por unanimidade, a seguinte Proposta da Câmara Municipal de Lagos de inclusão de dois novos Pontos da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de Dezembro/2006 da Assembleia Municipal de Lagos, ao abrigo do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11/1: “Apreciação e votação do Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas da Lagos-em-Forma Gestão Desportiva, E.M.” – Ponto 8 da Ordem do Dia e “Apreciação e votação do Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas da Futurlagos - Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E.M.” – Ponto 9 da Ordem do Dia.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:



	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	2	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	0	0	7

-----Assim foi aprovada, por maioria, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “O Grupo do Partido Social-democrata vota contra esta Ordem do Dia uma vez que a mesma, na nossa opinião, está ferida de ilegalidade, uma vez que a decisão da Mesa ao não ter incluído o nosso Ponto na Ordem do Dia e ter levado o mesmo a votação do Plenário, não é legalmente admissível, pelo que a mesma, na nossa opinião, confere uma ilegalidade à presente Ordem do Dia.”-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D – 434-16.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) solicitou explicação sobre o que estava contido na verba de 1 432 632,00 €, referente a passivos financeiros, nas receitas de capital. Solicitou informação sobre o andamento da reestruturação orgânica da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a tabela de taxas e licenças vai ser actualizada em 3,1%, mas como este valor é acima da inflação perguntou se a Câmara estava a pensar rever este valor. Referiu que os serviços da Câmara Municipal colocados à disposição na página da internet da Câmara são um trabalho meritório, mas em termos de conteúdos mereciam uma actualização mais frequente. Perguntou a quantos projectos de interesse nacional foi manifestada a aprovação da Agência Portuguesa de Investimento e comunicados à Câmara.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que o assunto Cineport anda um pouco opaco; O Poder Democrático tem duas vertentes: - responsabilidade e transparência. Disse que na Reunião de Câmara tinha sido recusada uma Proposta de Criação de uma Comissão e todo o processo até agora tem sido o de esconder e o facto de termos andado a avisar que algumas situações podiam acontecer, coloca muitos nervosos. Confirmou que as empresas que prestaram serviços no âmbito do Cineport pensavam que iam receber da Câmara Municipal e isso era uma garantia. Disse que a Assembleia Municipal é o Órgão fiscalizador e por isso tem que saber tudo o que está relacionado com o assunto Cineport. Considera que erros podem acontecer, mas há vários níveis de erros que podem ter graves consequências e isso é que nos deve preocupar todos. Disse que é preciso mais transparência, mais responsabilidade, não se pode tentar esconder o que não se pode esconder e a questão que coloca é: no final deste processo, existindo responsáveis, quais são as consequências? Porque isto tem que ter consequências. Terminou dizendo que isto é uma questão de princípio, se isto aconteceu no Cineport.-----



Fl. 133v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) agradeceu a colaboração dada pelo Município à Reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias que tinha decorrido recentemente no Concelho de Lagos. Solicitou que a estrada Odiáxere/Sargaçal fosse arranjada durante o próximo ano bem como o caminho que vai da Quinta Queimada para as Calças. Disse que gostava de ver concluída, no ano de 2007, a obra do Moinho, pelo que pergunta quando se vão iniciar estas obras. Disse que o Largo dos Passarinhos é outro local que espera ver intervencionado no próximo ano.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer que os passivos financeiros tinham a ver com a renovação urbana do Sargaçal e com o pavilhão e piscinas. Informou que a actualização da tabela de taxas e licenças é feita pelo valor da inflação pelo que a questão colocada pelo Sr. José Manuel Freire é pertinente e irá ser alvo de reflexão por parte do Executivo camarário. Em relação à página da Câmara na internet disse que a mesma será actualizada. Informou que para Lagos estão classificados 3 empreendimentos como PIN: - Projecto Eriksson; - Projecto Palmares; - Projecto Ossoyuba Palmares. Referindo-se ao Cineport disse que é uma situação que não é agradável, mas há quem consiga trazer para cima dessa situação todo o odioso da insinuaçãozinha barata e da forma de fazer política que só encontra semelhança nuns cartazes de uns jovens cor de laranja, escondidos por detrás de uma sigla partidária, que lhe faz lembrar meninos rabinos da escola a chupar pastilhas elásticas ou chupa-chupas, que se vêem pela cidade e são ofensivos, como nunca se tinha visto em Lagos relativamente a uma pessoa a que é devido respeito, senão à pessoa, pelo menos à instituição, e o que ouviu do Sr. Deputado Municipal Fernando Soares é a continuação da brincadeira. Disse que não vestia a capa da falta de responsabilidade e da falta de transparência e quem diz isso não sabe o que está a dizer, estando a dizer disparates. Referiu que recusar uma Comissão não é ter medo da transparência, é pelo contrário, perceber o objectivo da Comissão que não é dar transparência àquilo que é transparente. Afirmou que não tinha nada a esconder, não irá esconder seja o que for, porque não irá fazer como outros que se escondem por detrás das insinuações baratas para tentar atingir objectivos muito pouco dignos e nada sérios. Informou que o Cineport foi um processo transparente, aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, nascido de um Protocolo assinado no Brasil e ratificado em reunião de Câmara. Disse que tinha conhecimento de que em Lagos não há um grande conjunto de cinéfilos, pelo que a adesão de Lagos ao Cineport foi feita pelo campo da lusofonia, com o risco de não ter grande público. Considera que o que querem fazer com a questão do Cineport é manchar a figura da pessoa que está tão mal tratada nos cartazes dos jovens referidos. Reafirmou que foi tudo apresentado em reunião de Câmara e se a Assembleia Municipal solicitar informação sobre o Cineport, a Câmara envia toda a documentação. Esclareceu que existiu um acordo inicial entre três entidades, depois há um acordo entre duas das três entidades, para esquematizar quais as funções que cada uma desempenha e quais as verbas associadas às funções. Disse que a Câmara é pessoa de bem, mas há entidades que não cumprem com as suas obrigações e para isso é necessário encontrar uma solução. Disse que a produção do Cineport estava a



cargo da organização Etnia que tinha o apoio da Câmara Municipal e por isso é que muitos prestaram serviços a essa entidade. Informou que a Etnia devia juntar o subsídio da Câmara de 250 mil euros a outra verba que era suposto receber e que não recebeu de outras entidades. Disse que às vezes o interesse das pessoas não corresponde à presença no evento e isso aconteceu com o Cineport, apesar deste evento ter sido muito importante para Lagos. Admitiu que tinha havido erros de organização e de produção que não foram da Câmara Municipal, mas sim da Etnia que agora procura passar essas responsabilidades. Acrescentou que a situação de erros de organização e de produção foram detectados antes do início do evento, mas não era possível cancelar tudo na altura. Disse que a Câmara, numa atitude voluntarista e para resolver a situação dos comerciantes de Lagos, levou à Reunião de Câmara uma proposta no sentido de assumir as dívidas que a Etnia contraíu junto dos comerciantes, pagando directamente aos comerciantes, assumido a posição de credor perante a Etnia podendo exercer o direito de colocar a Etnia em Tribunal. A Proposta foi aceite, mas um Vereador da oposição colocou dúvidas sobre a legalidade desta deliberação e a mesma ficou suspensa até haver um parecer jurídico sobre esta deliberação, tendo o parecer jurídico dito que a deliberação era válida, pelo que os comerciantes vão receber através da Câmara Municipal, de uma maneira legal, os valores referentes aos serviços prestados à Etnia. Informou que a Etnia foi informada sobre esta deliberação. Afirma que repudia a inqualificável insinuação de que “isto pode ter outros contornos”, “que os erros podem acontecer, mas se isto aconteceu no Cineport vai acontecer todos os dias na gestão”. “que estamos aqui a esconder, esconder, esconder”, “avisamos tantas vezes e afinal de contas...”, dado que isto é retórica da mais baixa que alguma vez esperava ouvir na Assembleia.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a linguagem utilizada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em relação a um Deputado Municipal do Grupo do PSD foi excessiva uma vez que o mesmo não utilizou uma linguagem da mesma natureza da do Sr. Presidente. Disse que o facto é que o Sr. Presidente tinha assumido que tinha havido erros neste processo do Cineport e que a Assembleia Municipal não quis discutir este assunto na Ordem do Dia, mas o tal Festival com chave na mão no valor de 250 mil euros, ultrapassou o orçamento largamente. Disse que o Sr. Presidente da Câmara não andou a desviar dinheiro, nem coisa parecida, mas tem que haver um responsável pelos erros verificados, pelo que a questão da criação da Comissão é perceber o que correu mal e não desvirtuar o problema. Disse que foi o Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara que convidou os comerciantes a colaborarem neste evento e não a Etnia. Consta que o Festival não teve grande adesão de público, mas não consegue compreender como é que o Festival não foi publicitado em revistas de cinema ou em jornais e isso é culpa da entidade organizadora e não do Presidente da Câmara e os Deputados da bancada do PSD nunca disseram que a culpa da situação é do Sr. Presidente da Câmara. Disse que o Cineport foi um descalabro, independentemente da culpa ser dum brasileiro, de um português ou seja de quem for, isso tem que aqui ser assumido, e foi isso que a bancada do PSD quis fazer, dentro das competências da Assembleia Municipal, ao



Fl. 134v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

propor a discussão do assunto como ponto da Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal, no seio deste Órgão e isso foi recusado pela bancada do PS, logo não se podem queixar deste assunto ser tratado fora das paredes da Assembleia Municipal. Referiu que o PSD não pode ser acusado de andar a fazer chicana política, quem a faz é o PS.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que não foi espectador do Cineport, esteve presente na abertura e a outra situação a que esteve ligada ao Cineport foi quando um comerciante lacobrigense, sabendo da sua presença na Assembleia Municipal, lhe perguntou a quem devia dirigir-se para receber o dinheiro que o Cineport lhe devia, pelo que sabe pouco sobre este assunto. Disse que do que ouviu hoje nas intervenções proferidas nesta reunião sobre o assunto Cineport chegou à conclusão de que a Câmara não assegurou, antecipadamente, a fiscalização da sua organização e isso é grave. Constatou que houve falta de rigor no controle da despesa, falta de cuidado e por isso não sabe como a Câmara tem a coragem de vir à Assembleia pedir aumento de impostos às pessoas. Afirmou que não se põe 250 mil euros nas mãos das pessoas de olhos fechados. Disse que a Câmara não pode fugir às responsabilidades que tem neste evento e não é de pagar, porque isso é a maneira mais simples de resolver o problema; há que saber o que está na origem disto e não cometer os mesmos erros no futuro. Esperar que venha a público quem foi a pessoa da Câmara responsável por esta situação. Disse que é importante que a cidade tenha este tipo de eventos, mas também é importante que se meça a relação custo/benefício directo. Perguntou qual o montante que está por pagar. Disse que o que vem na imprensa sobre este assunto não dá bom-nome à cidade, uma vez que a Etnia vem chamar mentirosa à Câmara e ao Sr. Presidente da Câmara e por isso espera que o Sr. Presidente da Câmara, em devido tempo, cobre essas palavras. Disse que a Câmara não agiu com dolo neste assunto mas foi negligente. Considera que, se calhar, a Comissão proposta iria servir para retirar especulação a este assunto. Disse que alguém se aproveitou disto para benefício próprio, mas não foi a Câmara.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a bancada do PS dispensa os sermões de bem-fazer do Sr. Fernando Soares, que fez insinuações que a bancada do PS não gostou, sobretudo pela forma irónica como são ditas as palavras. Disse ser falsa a ideia que tentam transmitir de que o PS não quer discutir este assunto, uma vez que o PS deixou clara a sua posição na Comissão Permanente. Informou que a CDU fez um requerimento a solicitar toda a documentação disponível sobre o Cineport, logo a Assembleia Municipal irá ter essa documentação disponível. Disse que a falsa questão da introdução do Ponto na Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal é uma questão de chicana política, uma vez que este assunto poderia ser sempre discutido na Assembleia Municipal, como se verifica. Disse que o PS já tinha emitido a sua opinião sobre o Cineport que é a seguinte: “O Grupo Municipal do Partido Socialista espera que as “sementes culturais” aqui lançadas no CINEPORT venham a germinar, tornando Lagos num futuro centro de referência na Lusofonia. A cultura é muito mais que entretenimento, é sobretudo um veículo de relações



humanas, de Paz, de Desenvolvimento, de Justiça Social; um veículo de construção de cidadania activa e porta de conhecimento para novos contactos entre pessoas e empresas, para a dinamização de negócios e o desenvolvimento de um comércio internacional ético.” e continua a ter a mesma opinião, uma vez que não vão a reboque de ninguém. Disse que o que está em causa para o PSD é a questão financeira, mas não é só isso que deve ser visto. Afirmou que o PSD tem por habito levantar os problemas mas não apresenta soluções. Disse que a Câmara terá que saber o porquê das despesas que não estavam contempladas e verificar o resultado e fazer um balanço.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia Municipal, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 13 de Dezembro de 2006, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste mesmo local, ainda no Ponto 1 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 12 minutos da madrugada dia 5 de Dezembro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

